INFORME APUBH

ESPECIAL

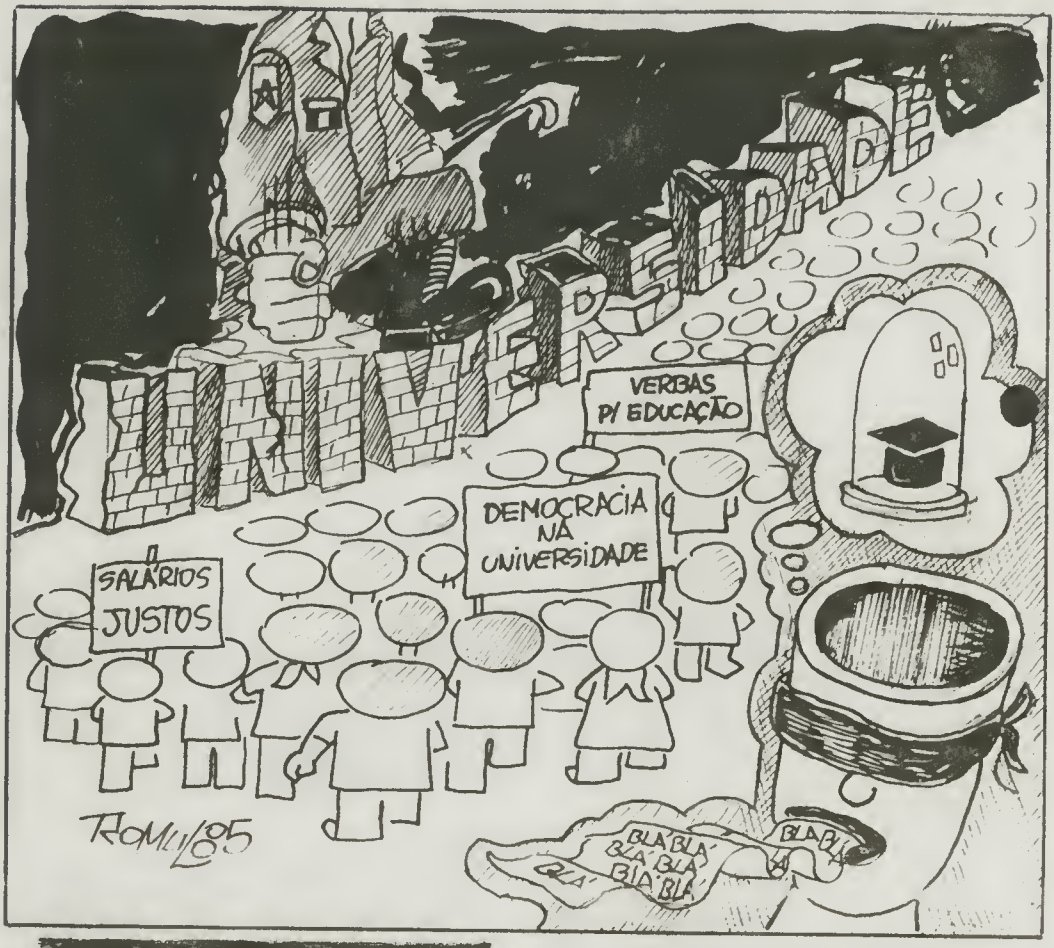
ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE BELO HORIZONTE
Nº 34 – 29/3/85

"A UNIVERSIDADE AGORA E NO FUTURO"

O **Jornal do Brasil** *publicou na edição de domingo, 17/03/85, sob o título "Universidade Agora e no Futuro", trechos de documento "Em Defesa da Universidade Pública", que circulou na UFMG num período em que ela se encontrava totalmente esvaziada pelas férias. Elaborado por um pequeno grupo de professores da UFMG, esse documento expõe uma concepção idealista, elitista e corporativista da universidade, e ataca duramente o movimento docente, como sendo uma ameaça ao modelo de instituição universitária que propõem.*

A Diretoria e o Conselho de Representantes da Associação de Professores Universitários de Belo Horizonte consideram de seu dever responder a esse documento, discutindo-o no contexto de um debate amplo sobre a democratização da universidade e o papel que nela tem o movimento docente. Esse debate, que se vem desenvolvendo há algum tempo, torna-se particularmente intenso em certos momentos, como durante a greve de 84 dias que marcou a vida universitária no ano passado. Hoje ele se faz premente, uma vez que cabe a nós delinear novos rumos para a Universidade, no contexto da democratização de nosso país.





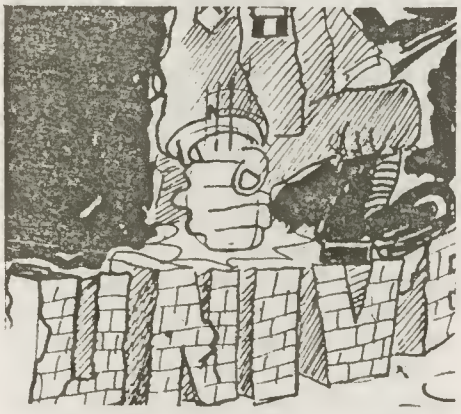
A UNIVERSIDADE DESFIGURADA E MOLDADA PELO REGIME

Em suas primeiras linhas, o documento procura situar a universidade no atual momento de transição para a democracia. Utilizando o conceito vago de "ciclo autoritário" para referir-se ao regime político do qual apenas começamos a sair, os seus signatários sustentam que ele teria promovido a "desarticulação institucional da sociedade em todos os seus níveis", imprimindo suas "marcas mais profundas e deformantes" sobre a universidade. Manifestando a esperança de que o "autoritarismo" passe a ser "história arquivada", propõem um "balanço crítico" da experiência passada.

O grande erro dessas idéias, a nosso ver, é o de conceber a "desfiguração da universidade" apenas como resultado de mecanismos externos a ela. O regime militar não somente desfigurou as instituições da sociedade, mas moldou-as segundo o seu projeto de modernização e, desse modo, interferiu também em nossa maneira de pensar, nossas práticas e relações cotidianas. O "autoritarismo" e o "burocratismo", portanto, não são algo "exterior", que se vinculam apenas ao "regime autoritário": eles estão entre nós. Na universidade eles foram incorporados à dinâmica de seu funcionamento, através de processos muito pouco democráticos que

estão presentes em todos os seus níveis, desde os princípios que regulam a vida departamental até os mecanismos centralizados e burocratizados que definem a política da instituição.

O documento descreve a "desfiguração autoritária da universidade" como resultado de tudo aquilo a que assistimos no período pós-64: a cassação da cidadania universitária de professores e alunos; a tutela da administração de pessoal pelo DASP; o burocratismo de conselhos e órgãos do MEC intervindo na qualidade do ensino e da pesquisa; a multiplicação de vagas sem a provisão de recursos; a vinculação dos orçamentos à lógica da SEPLAN; a multiplicação de fundos e programas paralelos à estrutura da universidade, em substituição a uma política de atribuição de recursos a ela mesma.



Ora, a luta contra essas medidas autoritárias tem sido uma constante no movimento docente. Sempre defendemos a remoção desses mecanismos de sujeição e das atitudes de desconfianças para com a universidade, como necessidade fundamental à instauração da autonomia universitária. Elaboramos propostas alternativas e lutamos contra a política do DASP e dos organismos do MEC; promovemos campanhas e movimentos por mais verbas para a universidade e pela autonomia na gestão de seus recursos. Fizemos minuciosos levantamentos e denúncias da ação paralela dos fundos, entidades e programas que substituem uma verdadeira política universitária, particularmente na área da pesquisa.

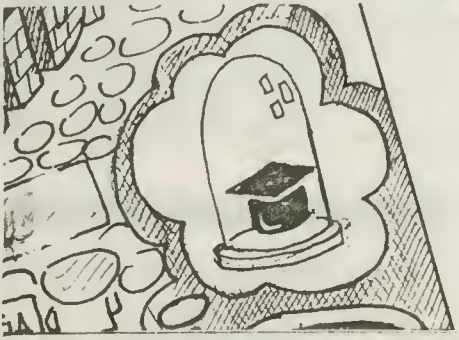
A herança autoritária, contudo, não poderá ser tão facilmente arquivada. A transição que hoje vivemos não se caracteriza como ruptura profunda com nosso passado recente que, ao contrário, prolonga-se através de homens, idéias e métodos dentro dos novos tempos. E quando reivindicamos a autonomia universitária, entendemos que ela só pode ser conquistada na medida em que a universidade estiver vinculada às necessidades mais gerais da sociedade. Não fosse assim, perguntaríamos: autonomia para quê e para quem?

UMA CONCEPÇÃO ESTÁTICA, ELITISTA E CORPORATIVA DA UNIVERSIDADE

A análise do autoritarismo como processo exterior à vida universitária resulta da maneira como a universidade é concebida no documento. Diz ele que a universidade é uma instituição "sui generis" (termo equívoco e suspeito: qual a instituição que não é "sui generis"?), que "só pode ser regida por uma razão organizadora – uma idéia de universidade" que unifica as necessidades e objetivos da sociedade que a institui, e as exigências específicas de elaboração e transmissão dos valores e técnicas que nela se produzem. Sua originalidade teria dupla face: "se não pode deixar de ligar-se à sociedade que a mantém e às suas necessidades e problemas, estará necessariamente voltada para si mesma em vista da preservação e aperfeiçoamento das condições e instrumentos aptos para o trabalho de produção e comunicação do saber, que é seu fim específico"

Essa visão idealista da universidade não pode, objetivamente, perceber dentro

dela o resultado de processos sociais que permeiam toda a sociedade. Segundo o documento, o sentido da universidade brotaria dela mesma, do exercício, enfim, dessa idéia iluminada. Essa mesma visão esquece a relação entre conhecimento e poder, que o discurso da razão mascara; não examina a destinação do conhecimento que na universidade se produz; não discute o padrão de convivência acadêmica que daí resulta.



Para nós, ao contrário, os avanços do conhecimento não nascem de mentes predestinadas, mas são determinados socialmente, num processo histórico que imprime sua marca ao desenvolvimento do conhecimento e da universidade. Além disso, tal "idéia de universidade" é excludente, apresenta-as como o único centro de produção de conhecimento, oferecido à sociedade situada abaixo dela e incapaz de entender seus procedimentos e sua importância, a não ser nos aspectos mais imediatos.

Justificar a especificidade da universidade através de uma razão que se define a si mesma e se protege da sociedade nos levaria a uma visão estática e corporativa da universidade, afastada das tensões que, no seio da sociedade, longe de representarem um mal a ser evitado, são desafios fecundos à produção científica e à transmissão do conhecimento. As conseqüências dessa atitude são ainda mais graves se levarmos em conta o momento histórico que o Brasil vive hoje. Esse momento reclama uma produção científica avançada, adequada às reais necessidades do país, e uma participação de suas universidades e de seus intelectuais na discussão dos rumos da sociedade. Não podemos, em particular neste momento, eleger universidades européias ou norte-americanas como modelos, mas voltar a universidade para o "país real" e enfrentar suas contingências.

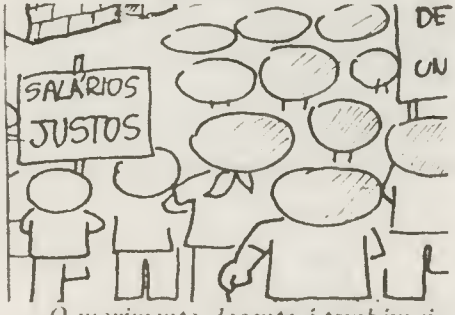
EM DEFESA DO MOVIMENTO DOCENTE

Quando passa a criticar o movimento docente, chama-nos a atenção a mudança de tom do documento "Em Defesa da Universidade Pública". Apesar de seus autores se colocarem como porta-vozes de uma razão iluminadora, de fazerem a defesa da "criação de condições públicas ao debate real onde se faça valer a força dos argumentos e genuína persuasão intelectual", nesse trecho promovem deliberada distorção da natureza e dos métodos do movimento, pintando-o com as tintas de uma linguagem emocional que destoa do conjunto.

Assim, o documento afirma que o movimento docente, como "antídoto extremo, em estado de virtual insurreição diante do processo de liqüidação final da universidade pública pelo governo", teria desfrutado de "legitimidade em seus propósitos sindicais e como caixa de ressonância dos problemas que afetam a instituição"; no entanto, superada essa "fase patética de nossa história, perde de vista e concorre para comprometer, enquanto movimento, os valores próprios da universidade que se propõe servir".

É estranhável a deformação e simplificação que o documento faz do movimento docente, particularmente em vista da experiência por que passaram alguns de seus signatários. O Movimento nasceu da resistência democrática aos avanços

repressivos sobre a universidade pública e durante esses anos tornou-se a grande trincheira para mantê-la viva. Através de amplos debates e campanhas, conseguiu que fossem rejeitados projetos que a desfigurariam ainda mais, sobretudo em momentos em que as autoridades universitárias, pressionadas pelo tratamento autoritário do MEC, tendiam a recuar de seu papel de defensoras dos interesses da universidade. Não se pode omitir o duro trabalho cotidiano desenvolvido pelas entidades de docentes em favor de uma convivência menos arrogante no interior da universidade, de um ensino crítico e da democratização dos processos decisórios. Exemplo recente disso são os trabalhos originados em discussões desenvolvidas pelo movimento docente, que foram encaminhados à Comissão do Conselho Universitário responsável pela reforma dos ordenamentos básicos da UFMG. Essa contribuição, aliás, poderia ter sido mais extensa se parte da cúpula universitária não estivesse imbuída de uma desconfiança apriorística em relação ao movimento.



O movimento docente é também sindical porque consideramos os professores das universidades públicas uma categoria de profissionais assalariados, mal pagos e com direitos limitados pelo Estado. Reconhecemos que nossa atividade é de natureza singular, na medida em que produzimos e transmitimos conhecimento numa instituição pública. No entanto, recusamo-nos a ser identificados como uma elite social que, de um lado, se separa dos demais assalariados da sociedade, e, de outro, considera a luta por melhores condições de trabalho incompatível com sua dignidade acadêmica. Além disso, acreditamos que a existência de um Estado baseado na legalidade democrática não pode ser confundida com a supressão de nossa condição de empregados desse Estado, e menos ainda com a idéia de que estariam automaticamente respondidos nossos interesses como trabalhadores.

Além dessas distorções, o documento obriga trechos de argumentação sinuosa e mesmo de má fé. Diz, por exemplo, que o movimento docente ameaça a autonomia universitária, concorrendo para expor a universidade, "inerme, à arrogância de indivíduos, grupos e partidos de qualquer natureza ideológica, que pretendem apresentar-se como porta-vozes dos verdadeiros interesses da sociedade". Estabelecendo um corte entre a responsabilidade político-social do cidadão e a atuação do professor, alega que a primeira "não pode servir de escusa diante da nossa responsabilidade profissional", como se essa responsabilidade fosse meramente técnica, neutra e apolítica.

Consideramos que somente uma concepção que coloca a universidade fora da sociedade e acima dela pode imaginar professores que, membros do movimento docente ou contrários a ele, consigam despir-se de suas idéias e interesses sociais, ao desenvolver sua atividade acadêmica. Essas idéias e interesses inerentes à vida em sociedade não nos atemorizam nem devem ser escamoteados. O movimento docente, ao longo de sua existência, tem se caracterizado pelo pluralismo e pelo debate aberto e não pode ser acusado de ter promovido a hegemonia de qualquer grupo ou facção política.

Os autores do documento declaram sentir-se numa posição de "desconforto e inconformidade quanto às formas de atuação e deliberação" que têm caracterizado o movimento docente, dizendo-se "fatalmente afetados" ante a "tendência

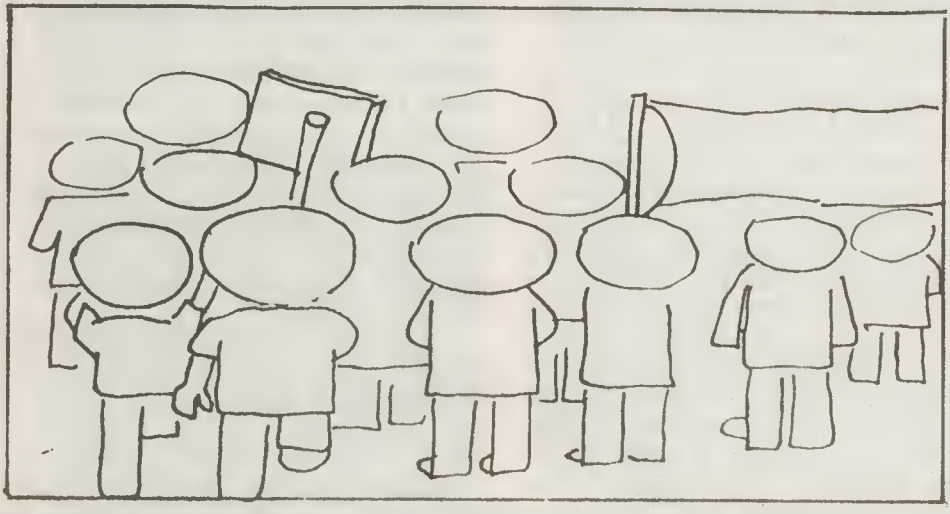
a transformar as avaliações divergentes e as posições minoritárias em algo por definição suspeito..." Descrevem essas formas como irracionais e perigosas, massivas e inconseqüentes, criticando as assembléias dos professores pela "santificação irrefletida da maioria" e a "mística de um solidarismo a todo transe", e tratando-as com o desdém que julgam merecerem as "cálidas unanimidades das multidões". Que "desconforto" causa a democracia àqueles que têm uma postura elitista!

A Assembléia tem sido, historicamente e em todo o mundo, um fórum legítimo, democrático, e a mais alta instância de deliberação nos movimentos de organização dos trabalhadores. Em nosso movimento sempre procuramos preservar as condições de convívio entre minoria e maioria. No entanto, quem decidirá, afinal, sobre a justiça do argumento do indivíduo solitário que, contra todos, reivindica ser o dono exclusivo da razão? Na verdade, o recurso ao argumento da razão muitas vezes pretende disfarçar o autoritarismo daqueles que têm dificuldade de conviver com a democracia. Nesse sentido, para que a universidade floresça democraticamente, devemos partir do princípio da livre manifestação dos desiguais, buscando "não a ordem, mas a dinâmica, não a identidade, mas a diferença (porque isto é que constitui o pluralismo), não o consenso, mas o debate". (N. SEVCENKO. "A Ordem e o Sinistro" **Folhetim.** *03 de março de 1985.)*

Além disso, é preciso lembrar que o movimento docente não atua somente através de assembléias. Nossa entidade mantém publicações e realiza seminários, abertos à participação de qualquer professor. Aliás, os próprios autores do documento poderiam ter procurado a entidade, tendo em vista a sua publicação, se assim o desejassem. Como se vê, as formas de participação são várias e o movimento sempre buscou combiná-las e aperfeiçoá-las.

Os autores do documento também acusam o movimento docente pela deflagração de greves "sem maior sentido de estratégia e eficácia", que, como se fossem o resultado de um jogo de forças cegas, "se alastram com ímpeto meramente 'expressivo' e de efusão psicológica".

Ora, apenas aqueles que não percebem de forma clara a natureza da relação existente entre a política do MEC e a universidade, ao longo dos governos militares, podem imputar ao movimento docente a provocação de greves sem sentido.



Todos os que acompanharam, nos últimos anos, as condições de sobrevivência da universidade pública e de seus professores, a intransigência e irresponsabilidade do MEC e do governo, sabem perfeitamente em que condições foram decretadas e interrompidas nossas greves: depois de longo processo de preparação, com cuidadoso trabalho de informação e de busca de apoio junto à opinião pública e com avaliações sistemáticas em todo o seu desenrolar.

Como exemplo de que o movimento docente teria contribuído para o aviltamento da universidade, condenam-no por sua "impotência" diante do desfecho da greve de 1980, quando, se deu "a incorporação maciça à carreira universitária, mediante simples decreto, de todos os que, no momento, se vinculavam a título precário aos quadros docentes". Em relação a esse fato, queremos deixar claro que o movimento docente jamais defendeu a estrutura de carreira que nos foi então imposta. Não é justo criticá-lo por medidas que não foram objeto de suas reivindicações. No entanto, é preciso lembrar que se naquela época havia enorme número de professores vinculados à universidade (a título precário – os "colaboradores" –, isso se devia à política do MEC, que durante longos anos impediu a abertura de concursos para provimento das vagas existentes. Os antigos colaboradores sempre cumpriram e cumprem todos os requisitos da carreira universitária.

Apelando para a necessidade da construção institucional da universidade, o documento critica como "simplistas" as "falsas paridades mecanicamente estabelecidas entre estudantes, funcionários e professores (cuja adoção, diz, se feita de maneira conseqüente não poderia furtar-se à regra de "um homem, um voto"). Em nossa opinião, simplismo é reduzir dessa forma a posição do movimento docente e o debate que nele se processa acerca desse ponto. Em primeiro lugar, porque não existe hoje uma proposta única do movimento sobre essa questão; em segundo, porque seria leviano deixar de discutir as variadas posições existentes e as numerosas experiências concretas já levadas a efeito e, a priori, adotar uma postura favorável ou não a qualquer delas.

Na reforma da universidade de que fala o documento e que deveria resultar na sua democratização, concordamos que se deva "valorizar adequadamente os requisitos de uma carreira docente autêntica" reconhecendo "os valores nela afirmados tais como desempenho, qualificação e experiência". Para nós, o requisito da titulação só é importante se confrontado com a prática real do professor, sem o que tende a transformar-se apenas em mecanismos de avaliação formal. Afinal, sabemos não ser o mérito de um professor definido necessariamente pelo título que ostenta; existem na universidade professores de capacidade e experiência comprovadas sem titulação formal, da mesma forma que há aqueles que carregam títulos sem o necessário amadurecimento. No entanto, não podemos concordar que aqueles valores "terão necessariamente de refletir-se na estrutura administrativa da universidade". O desempenho administrativo de um dirigente universitário não é definido por seu perfil acadêmico, devendo obrigatoriamente envolver o conhecimento profundo dos problemas que a universidade enfrenta nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. Além disto, do ponto de vista da construção democrática, é indispensável seu comprometimento com os segmentos que legitimaram sua escolha e com a comunidade como um todo. As reformas que a universidade almeja não podem ser ditadas por um "grupo de iluminados" que centralizam as decisões e determinam seu rumo, mas devem ser norteadas pela comunidade que ela atende e que a sustém.

O MOVIMENTO DOCENTE E A RECRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Parece-nos inegável que o principal sopro renovador em direção a nossas universidades, dentro da inércia burocrática dos últimos anos, veio dos movimentos que animam seu interior e não de qualquer grupo ou projeto que falasse em seu nome. O próprio peso adquirido pela questão universitária como questão nacional no discurso do novo presidente deve-se, em grande parte, à mobilização da opinião pública e das instituições representativas da sociedade durante a longa greve de 1984. Naquele período, o movimento docente realmente falou com maior ressonância em nome da universidade que suas lideranças oficiais, não porque fosse seu objetivo substituí-las, mas pela ineficiência dessas estruturas diante do MEC, do Governo e da própria sociedade.



O movimento docente nunca pretendeu ocupar o lugar da instituição ou disputar o poder em sua estrutura formal. Aqueles que pensam assim estão equivocados e demonstram total desconhecimento de nossos objetivos em relação à universidade. Ao contrário, o movimento docente tem ajudado a superar a fragmentação da estrutura universitária a partir da convivência, do debate e da troca de experiências, buscando criar condições para o surgimento de uma nova comunidade universitária. Tem lutado contra o espírito corporativo que domina a universidade, procurando ultrapassá-lo tanto no interior da categoria que representa, como nas suas relações com os demais segmentos que compõem a universidade – os estudantes e os funcionários – e na sua relação com a sociedade. Tem contribuído ainda para desnudar os processos burocráticos que emperram a vida universitária. Tem criado fóruns gerais de discussão desligados da hierarquia corporativa e da lealdade aos grupos de poder que se enfrentam na universidade.

Em vista disso e diante das novas possibilidades que hoje se abrem em nosso país, discordamos frontalmente da afirmação de que o movimento docente represente um perigo para a instituição e, enquanto tal, deva ser também etapa superada de nossa história. Ao contrário, mais importante ainda ele se torna na construção de uma nova universidade democrática em suas estruturas e adequada às exigências de reconstrução da sociedade brasileira.

EXPEDIENTE

Edição:
Francisco Mendes

Ilustração/Montagem
Rômulo Garcias

Composição:
Técnica - Fone: 222-7226

Impressão
SEGRAC - Fone: 222-8800